



**A MEDIAÇÃO EM PERSPECTIVA COMPARADA: BRASIL E PORTUGAL<sup>1</sup>**  
**MEDIATION IN COMPARATIVE PERSPECTIVE: BRAZIL AND PORTUGAL**

Ana Carolina Serro Polita<sup>2</sup>  
Isabel Cristina Martins Silva<sup>3</sup>

**RESUMO**

O estudo dos meios de solução de conflitos alternativos e complementares à jurisdição tradicional vinculada ao Estado vem adquirindo maior espaço e atenção no âmbito do judiciário e do legislativo e, também, no meio acadêmico brasileiro. Utilizando como método o direito comparado e tendo como objeto as legislações portuguesa e brasileira sobre a mediação, a presente pesquisa buscou responder como as leis portuguesas avançam em relação às práticas jurídicas de mediação pública e privada no Brasil, regulamentadas pela Lei nº 13.140 (BRASIL, 2015). Os resultados parciais obtidos pela pesquisa demonstraram que a mediação em Portugal progride no que diz respeito à mediação penal ao regulamentar a partir de legislação específica o sistema de mediação penal, com a Lei nº 21 (PORTUGAL, 2007) e a Portaria nº 68-C (PORTUGAL, 2008), bem como o procedimento de seleção dos mediadores penais com a Portaria nº 68-B (PORTUGAL, 2008). Além disso, a Lei da Mediação - Lei nº 29 (PORTUGAL, 2013) - concedeu a esse meio de solução de conflitos protagonismo e destaque no ordenamento jurídico português, promovendo-o junto à sociedade e à comunidade jurídica como um todo. Assim, o presente estudo insere-se na área de concentração Cidadania, Políticas Públicas e Diálogo entre Culturas Jurídicas, linha de pesquisa Multiculturalismo e Transnacionalização do Direito, ao proporcionar o diálogo entre duas legislações distintas, visando identificar novas e diferentes formas de resolução de controvérsias que contribuam para o aperfeiçoamento das práticas brasileiras.

**Palavras-chave:** Mediação. Brasil. Portugal. Direito comparado.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Helena. **Sistema de Mediação Penal**. Lisboa: [s.n.], 2015.

<sup>1</sup> A presente pesquisa foi elaborada como instrumento de avaliação da disciplina de Prática de Negociação da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA) ministrada pela Professora Isabel Cristina Martins Silva.

<sup>2</sup> Graduanda do 4º semestre do curso de Direito pela Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA). anaserropolita@gmail.com.

<sup>3</sup> Orientadora: Graduada em Direito pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES). Especialista em Direito da Criança e do Adolescente pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Formação em Justiça Restaurativa pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris). Mestranda em Ciências Jurídicas na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), em Portugal. Docente em Regime Parcial de Justiça Restaurativa., Mediação e Arbitragem e Prática de Negociação. Co-coordenadora do Núcleo de Segurança Cidadã da Fadisma (NUSEC) e Docente colaboradora no Centro de Mediação e Práticas Restaurativas da FADISMA (CEMPRE).



BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Mediação Judicial**. 5. ed. Brasília, 2015.

PORTUGAL. Lei nº 21, de 12 de junho de 2007. Cria um regime de mediação penal, em execução do artigo 10.º da Decisão Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho, de 15 de Março, relativa ao estatuto da vítima em processo penal. Lisboa, 12 abr. 2007. Disponível em: <[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1459&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1459&tabela=leis)>. Acesso em: 27 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 29, de 19 de abril de 2013. Estabelece os princípios gerais aplicáveis à mediação realizada em Portugal, bem como os regimes jurídicos da mediação civil e comercial, dos mediadores e da mediação pública. Lisboa, 19 abr. 2013. Disponível em: <[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1907&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1907&tabela=leis)>. Acesso em: 27 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 68-B, de 22 de janeiro de 2008. Aprova o Regulamento do Procedimento de Selecção dos Mediadores Penais a inscrever nas listas previstas no artigo 11.º da Lei n.º 21/2007, de 12 de Junho. Lisboa, 22 jan. 2008. Disponível em: <[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1498&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1498&tabela=leis)>. Acesso em: 27 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 68-C, de 22 de janeiro de 2008. Aprova o Regulamento do Sistema de Mediação Penal. Lisboa, 22 jan. 2008. Disponível em: <[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1500&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1500&tabela=leis)>. Acesso em: 27 abr. 2016.